

PASSONI, T. P.; GOMES, E. A. Políticas e planejamento linguísticos: mapeamento das pesquisas sobre ensino de línguas estrangeiras modernas no cenário nacional. *ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016. [www.revel.inf.br].

## **POLÍTICAS E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICOS: MAPEAMENTO DAS PESQUISAS SOBRE ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS NO CENÁRIO NACIONAL<sup>1</sup>**

**Taisa Pinetti Passoni<sup>2</sup>,**  
**Emanuelle Avelar Gomes<sup>3</sup>**

taisapassoni@utfpr.edu.br  
manu\_avelar@hotmail.com

**RESUMO:** Este trabalho, resultado de um projeto de iniciação científica realizado entre os anos de 2012 e 2013, tem por objetivo apresentar um levantamento de pesquisas acerca da política e do planejamento linguísticos (PPL) no que se refere ao ensino das línguas estrangeiras modernas (LEM) no Brasil. Para tanto, realizamos nossas buscas especificamente no Banco de teses da Capes, à procura das teses e dissertações sobre o tema entre os anos de 2007 a 2011. Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado o termo Políticas Linguísticas neste sistema, por meio do qual foram encontrados 26 trabalhos que atendiam a temática abordada em nosso projeto. A partir das pesquisas encontradas, percebemos que quantidade de publicações sobre o tema tem aumentado sutilmente nos últimos anos, o que indica a relevância do assunto. Além disso, nota-se que os anseios que movem as ideias dos autores dialogam entre si, pois grande parte das pesquisas ressalta a importância destas discussões na escolha e implantação de uma LEM em currículos de diferentes contextos, desenvolvendo análises sobre as relações entre o ensino destas na escola de Educação Básica brasileira com os aspectos políticos e ideológicos subjacentes às leis que regem o sistema escolar. Com este estudo buscamos contribuir para o levantamento de dados concernentes a PPL no Brasil, a fim de colaborar com a discussão atual sobre o tema, principalmente no que se refere ao debate dentro da graduação e pós-graduação em Letras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Línguas Estrangeiras Modernas; Política linguística; Planejamento Linguístico; Pesquisa.

---

<sup>1</sup>Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pela concessão de bolsa de Iniciação à Pesquisa no período de 01/08/2012 a 31/07/2013.

<sup>2</sup> Professora assistente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Pato Branco. Doutoranda em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Foi professora auxiliar na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) entre 2010 e 2013.

<sup>3</sup> Graduanda em Letras-Inglês da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus X - Teixeira de Freitas. Foi bolsista de iniciação científica FAPESB entre 2012 e 2013.

## INTRODUÇÃO

Considerando o processo de globalização como elemento de grande influência no que se refere às relações entre indivíduos de todo o mundo, como professoras de línguas percebemos que o ensino e aprendizagem de idiomas têm ganhado uma grande notoriedade, já que estes desempenham um importante papel neste contexto. Diante disto, destaca-se a relevância da aprendizagem das Línguas Estrangeiras (LE) de modo a repensarmos a promoção deste ensino. Nesse sentido, compreendemos que a inserção das LE no currículo das escolas de Educação Básica do país é uma atitude prevista como ação política, sendo que tal postura pode arraigar em si diversas perspectivas ideológicas, uma vez que um idioma não compreende apenas a expressão de pensamentos em palavras, mas também manifestação de culturas, crenças e características históricas e sociais, de modo que a expansão de uma língua pelo mundo pode evidenciar prestígio e poder atrelados a estes atributos das línguas.

Perspectivas contemporâneas dos estudos das políticas linguísticas (NICOLAIDES et al, 2013; RICENTO, 2006 e 2015; ROCHA et al, 2015; SHOHAMY, 2006, entre outros) apontam que para que tal processo se desenvolva é necessário que haja um conjunto de ações e empreendimentos para que os idiomas desenvolvam seu papel social com base no respeito à diversidade e às especificidades de cada comunidade. A partir desta perspectiva, fomos motivadas a desenvolver a pesquisa de Iniciação Científica (IC) voltada para tais questões, dentro da temática da política e do planejamento Linguísticos (PPL), com foco no ensino de línguas estrangeiras modernas (LEM)<sup>4</sup> no Brasil. Assim sendo, este trabalho é resultado de nossa trajetória de pesquisa acerca do tema.

Por meio de revisão bibliográfica de base crítico-interpretativista, objetivamos elaborar um mapeamento sobre as pesquisas relativas ao período os anos de 2007 a 2011, que estivessem acessíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes que se referissem ao Ensino de LEM no Brasil, almejando a partir das análises desenvolvidas sobre as pesquisas

---

<sup>4</sup> Estudos de natureza crítica dos últimos anos têm apontado para a superação do termo “línguas estrangeiras modernas”, de modo a adotar termo “línguas adicionais” o qual “melhor se encaixa nas novas tendências de uma Linguística Aplicada que vê o ensino de línguas de forma crítica e entende o usuário da língua não como um estranho à língua. Nesse sentido, entende-se o usuário da língua como alguém que, por opção ou exposição, aprende uma língua ou mais, além da sua materna, não denotando uma língua como inferior à outra, ou de valor simbólico diferente” (TÍLIO e NICOLAIDES, 2013, p.285). Apesar de reconhecermos e concordarmos com a proposição desta terminologia, iremos utilizar o termo “línguas estrangeiras modernas” ao longo deste artigo devido ao fato de que a maioria dos textos fonte utilizados para o presente estudo ainda utiliza o mesmo.

encontradas, contribuir para futuras discussões acerca das PPL e a relação destas com o ensino de idiomas. Além disso, buscamos evidenciar a importância da temática na formação de professores de línguas, para que então estes também possam se conscientizar por meio de suas práticas.

Nosso trabalho foi organizado em três seções que se complementam. A primeira situa a discussão. A segunda expõe minuciosamente a metodologia desenvolvida durante a busca pelas teses e dissertações, de modo a apresentar os estudos elencados para as análises. Já a terceira parte apresenta a análise desenvolvida em três etapas: panorama geral das 26 pesquisas encontradas; apresentação das 5 pesquisas lidas na íntegra; e posterior aprofundamento das análises a partir da leitura dos textos integrais das publicações selecionadas. Por fim, apresentamos algumas considerações acerca das análises, refletindo sobre o tema com o intuito de contribuir para futuras discussões.

## **1. SITUANDO A DISCUSSÃO**

Para o desenvolvimento deste estudo, foi feita previamente uma revisão bibliográfica acerca dos estudos que promovem discussões acerca das PPL e do ensino de línguas (CALVET, 2007; RAJAGOPALAN, 2003; SAVIANI, 2007 entre outros), de modo a refletirmos acerca dos conceitos e aspectos que são evocados e gerados durante a investigação deste amplo tema. Desta forma, tornou-se possível a construção de referencial adequado para a compreensão das teses e dissertações pesquisadas posteriormente e analisadas neste trabalho.

Especialmente no que tange às PPL, de acordo com Calvet (2007) as intervenções humanas e políticas na língua sempre existiram. No entanto, as discussões acerca dos conceitos de política e planejamento linguísticos são recentes. O autor define como políticas linguísticas todas as determinações das grandes decisões referentes à língua e sociedade e, planejamento linguístico, como a implementação das decisões determinadas nas discussões políticas. Partindo deste pressuposto concordamos com o autor que os conceitos apresentados são indissociáveis, pois para a determinação de uma lei linguística, precisam ser estudados indivíduos e instituições envolvidos na elaboração e nas implementações destas normativas.

Para analisar as políticas já existentes, é indispensável que se compreenda primeiramente os processos políticos de maneira ampla, para que então a partir do entendimento do contexto do qual emergem as PPL, possa-se analisar e avaliar programas, projetos e políticas públicas vigentes (HÖFLING, 2001). Neste sentido, as pesquisas

publicadas pelos estudiosos do tema em nosso país configuram-se como subsídios importantes tanto para compreensão do percurso histórico das PPL no Brasil, quanto indicam potenciais desdobramentos para as pesquisas e para as políticas implementadas neste campo de interesse.

## 2. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Com o objetivo de conceber um panorama acerca das pesquisas sobre as PPL relacionadas ao ensino de LEM no Brasil, desenvolvemos um levantamento bibliográfico, a fim de mapear pesquisas realizadas entre 2007 e 2011, em programas de pós-graduação, constantes na base de dados do sistema CAPES. A delimitação deste período diz respeito à época em que a pesquisa de IC foi realizada, entre os anos de 2012 e 2013, pois se buscava compor o levantamento a partir das publicações mais recentes no âmbito das PPL, para tanto definimos que os cinco anos anteriores seriam tomados como critério que definiria a recência das publicações<sup>5</sup>.

Para tanto, tivemos como base a proposta de Reis (2008) em que a autora detalha todo o caminho percorrido em sua pesquisa de levantamento bibliográfico sobre Letramento Crítico. De acordo com a autora, pesquisas desta natureza servem para construir uma rede intertextual que pode auxiliar o leitor a ver um campo do conhecimento de uma nova maneira (LATHER, 1999 apud REIS, 2008, p.52). Deste modo, procedemos de maneira semelhante para exposição de cada etapa desenvolvida em nossa pesquisa, assim como em outros estudos dessa natureza (PASSONI et. al., 2010 e OLIVEIRA et. al., 2012).

A busca no Banco de Teses teve início no mês de novembro de 2012 através do termo *planejamento linguístico*, sem aspas<sup>6</sup> e, tivemos como resultado 211 pesquisas situadas em diversas áreas do conhecimento. Considerando que ansiávamos por trabalhos mais restritos às LEM, optamos por descartar este termo e pesquisar por *Políticas Linguísticas no Ensino de Língua Estrangeira*, também sem aspas, com o qual obtivemos como resultado 50 resumos.

---

<sup>5</sup> O levantamento em questão foi desenvolvido em novembro de 2012, período em que o Banco de Teses da Capes possuía as pesquisas defendidas até dezembro de 2011. Atualmente o site do Banco de Teses da Capes conta com as pesquisas defendidas até dezembro de 2012, assim sendo, para uma complementação deste estudo, seria necessário acrescentar o ano de 2012 ao levantamento.

<sup>6</sup>A utilização de aspas delimita que a busca selecione somente a ocorrência dos termos exatamente como o que está redigido entre as mesmas, não incluindo a ocorrência dos termos em separado ou invertidos, por exemplo.

Destas 50 pesquisas delimitamos o período, sendo este de 2007 até 2011, e o número foi reduzido a 29. Destes 29 resultados destacamos, por meio de leitura de títulos e resumos, 12 trabalhos que tinham considerável relevância à nossa pesquisa, segundo o conteúdo explicitado nestes recursos.

Considerando que o número de pesquisas para análise era reduzido, a fim de ampliar nossas possibilidades para análise, partimos para a busca do termo *Planejamento Linguístico no Ensino de Línguas Estrangeiras*, sem o uso das aspas, que resultou em 29 resumos, em meio a teses e dissertações. Limitando a busca ao período entre 2007 e 2011, tivemos como resultado apenas 14 resumos. Com isso, consideramos, também, um número muito restrito e conseqüentemente descartamos este termo e partimos para a busca do termo *Políticas Linguísticas no Ensino de Línguas Adicionais* com o qual não tivemos nenhum resumo encontrado, já que se trata de uma nomenclatura de uso relativamente recente no contexto brasileiro. Então, optamos por alargar o funil e orientar a busca com o termo *Políticas Linguísticas*, sem aspas, no banco de resumos de teses da Capes, e tivemos como resultado 990 resumos cadastrados. Delimitando o período da busca aos cinco anos anteriores à realização do levantamento, de 2007 e 2011, tivemos como resultado 543 resumos, conforme aponta a distribuição da tabela abaixo:

Ano	Quantidade de Resumos
2007	108
2008	86
2009	98
2010	106
2011	145
<b>TOTAL</b>	543 resumos de teses e dissertações

**Tabela 1:** Busca com o termo Políticas Linguísticas no banco de teses e dissertações da Capes, período de 2007 a 2011.

Considerando que o termo de busca em questão - *Políticas Linguísticas*, sem aspas – foi o que apresentou maior volume de resultados, optamos por mantê-lo com direcionador de nosso levantamento. Além disso, julgamos pertinente a utilização deste termo, pois observamos que todas as pesquisas encontradas com o termo *Políticas Linguísticas no Ensino de Línguas Estrangeiras*, sem o uso das aspas, também estavam elencadas no resultado da busca com o termo *Políticas Linguísticas*. Dentre as publicações encontradas, a partir da leitura dos títulos e dos resumos, foi possível definir quais se inseriam no campo de estudos

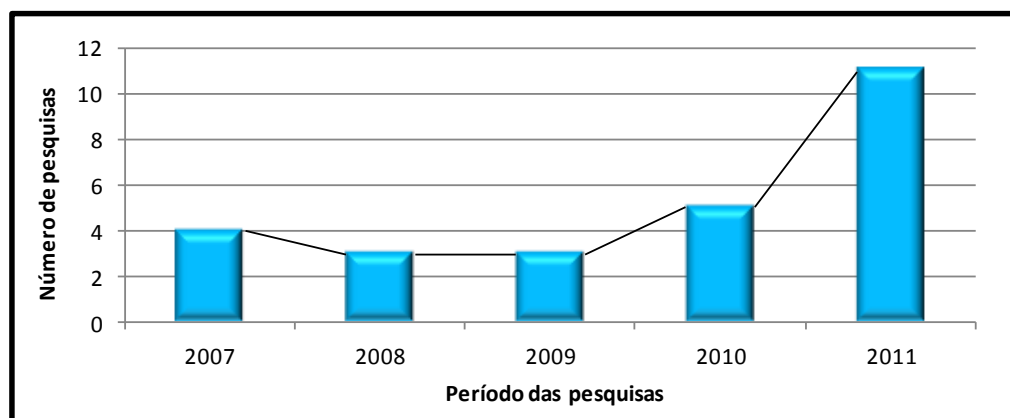
da política e do planejamento linguísticos. Deste modo, 26 resumos de teses e dissertações passaram a compor nosso conjunto de dados, como demonstra a tabela a seguir:

ANO	Quantidade de Resumos
2007	4
2008	3
2009	3
2010	5
2011	11
<b>TOTAL</b>	26 resumos de teses e dissertações

**Tabela 2:** Delimitação de resumos que se inserem no campo de estudos de PPL.

Delimitados os resumos considerados relevantes a partir da problematização de temáticas relativas ao campo de PPL, para então desenvolvermos uma análise a fim de relacioná-los por meio de pontos que fossem comuns às diversas pesquisas. Estas pesquisas selecionadas foram classificadas por ano e regiões, procedimento que nos auxiliou na definição sobre quais publicações discorrer mais detalhadamente neste estudo.

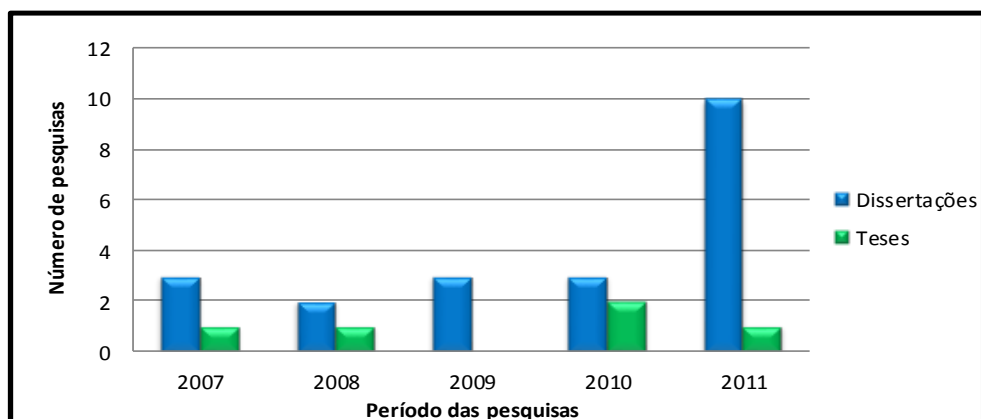
Nos primeiros anos, o número de pesquisas se matinha relativamente igual, com pouca variação na quantidade de trabalhos cadastrados no banco de teses da Capes. No entanto, a diferença é bastante perceptível quando comparados os anos de 2010 e 2011. Logo, percebemos que este tema tem ganhado maior notoriedade no último ano, conforme podemos visualizar no gráfico a seguir.



**Gráfico 1:** Representação por ano das pesquisas encontradas no Banco de Teses da CAPES a partir do termo *Políticas linguísticas*

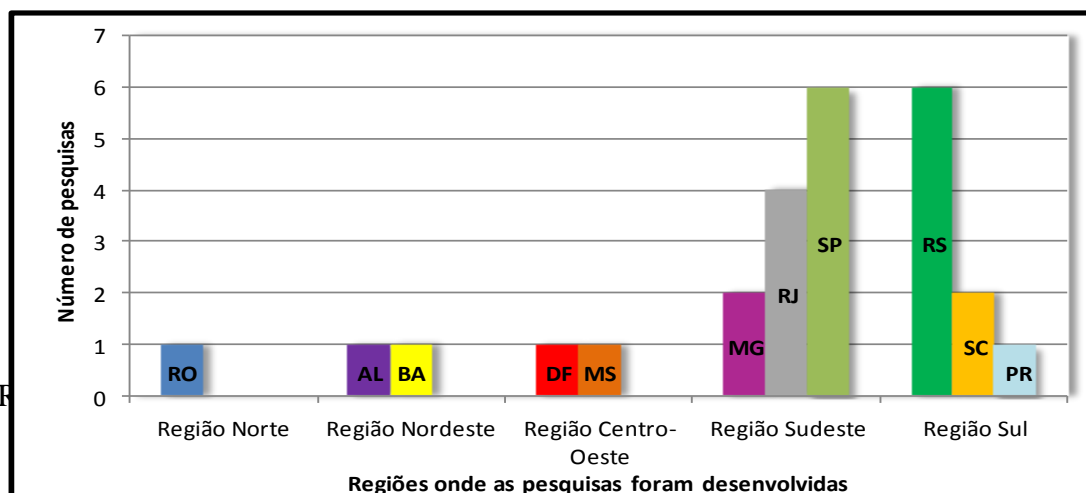
Desassociando o número de dissertações e de teses, nota-se que a primeira categoria possui uma elevada quantidade de produções se comparada com a segunda, sendo que, em

média, 92% do total das pesquisas são dissertações, como pode ser observado na figura abaixo:



**Gráfico 2:** Representação de teses e dissertações encontradas no Banco de Teses da CAPES a partir do termo *Políticas linguísticas*

Pode-se observar também que a maioria das pesquisas encontradas foi produzida por discentes de universidades situadas no sul e sudeste do Brasil. No entanto, podemos destacar que todas as regiões do Brasil contribuíram com as pesquisas da área. Na região sudeste as pesquisas foram divididas entre os estados de Minas Gerais, com duas pesquisas, Rio de Janeiro, com quatro e São Paulo com seis trabalhos. O estado do Espírito Santo não teve pesquisas cadastradas no banco da Capes nessa área. Já a região sul teve a grande maioria de seus trabalhos produzida pelo estado do Rio Grande do Sul, com seis trabalhos. Paraná produziu uma pesquisa enquanto Santa Catarina produziu duas pesquisas. Nas regiões Centro-Oeste e Nordeste foram produzidos dois trabalhos para cada região e a região norte teve apenas um trabalho encontrado no banco de teses da Capes. Estes dados são demonstrados pelo gráfico apresentado abaixo:



**Gráfico 3:** representação das pesquisas realizadas por regiões a partir do termo *Políticas linguísticas* encontradas no Banco de Teses da CAPES

Por meio da leitura dos resumos selecionados para nossa pesquisa na área de PPL no ensino de LEM no Brasil, relacionamos suas principais ideias. Diante disto, percebemos que de modo geral, os trabalhos analisados demonstram uma preocupação evidente quanto ao ensino de línguas considerando seus aspectos culturais, sociais e históricos. A leitura e a análise dos títulos e resumos dos 26 trabalhos apresentados abaixo caracterizaram a primeira etapa deste estudo.

ANO	TESE OU DISSERTAÇÃO
2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>• STEFANELLO, Carla Marli Adiers. <i>Da competência comunicativa à lingüístico-discursiva: implicações para o ensino e aprendizagem de língua estrangeira</i>. 2007. 149 p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo – Rio Grande do Sul. 2007.</li> <li>• CUNHA, Elisabeth Gonçalves. “<i>Formação de professores de língua inglesa em um curso de licenciatura: processos identitários</i>”. 2007. 179p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – Minas Gerais. 2007</li> <li>• TORII, Rena. <i>Os processos de integração dos empréstimos lingüísticos no português</i>. 2007 182 p. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa), Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Araraquara – São Paulo. 2007.</li> <li>• SANTOS, Sandro Martins de Almeida. <i>O Papel dos Estados Unidos na Difusão do Inglês no Brasil</i>. 2007 109 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2007.</li> </ul>
2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>• SILVA, Luciana Cristina. “<i>Os processos de identificação com a língua espanhola na sala de aula sob uma perspectiva pragmática</i>”. 2008, 159p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – Minas Gerais. 2008.</li> <li>• PINHEIRO, Luciana Santos. <i>Bases conceituais para uma Política Lingüística do Português/Italiano nas escolas – Caxias do Sul – RS</i>. 2008, 106p. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional), Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. 2008</li> <li>• COSTA, Marco Antônio Margarido. <i>Do sentido da Contingência à Contingência da Formação: Um Estudo Discursivo sobre A Formação de Professores de Inglês</i>. 2008, 131 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008</li> </ul>
2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>• SOUZA, Fábio Marques. <i>Espanhol-língua estrangeira para brasileiros: políticas de difusão e formação de professores no Estado de São Paulo</i>. 2009, 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, São Paulo. 2009</li> <li>• Espírito-Santo, Marilucia Marques do. <i>De Oiapoque a Saint-Georges: uma pesquisa sociolingüística em meio escolar na fronteira Brasil-Guiana Francesa</i>. 104p. (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica o Rio de Janeiro, 2009.</li> <li>• PEROBELLI, Sílvia. <i>O imaginário sobre a língua espanhola: Um olhar no discurso de alunos são-borjenses</i>. 2009 198p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. 2009.</li> </ul>
2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>• LEMKE, Cibele Krause. <i>Políticas e práticas linguísticas: um estudo sobre o ensino de língua</i></li> </ul>



	<p><i>espanhola em um contexto multilíngue no Paraná – Brasil</i>. 2010 236p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• JANTUTA, Lucélio. <i>Política linguística e ensino de línguas no SCMB: enunciados sobre a implantação do espanhol anterior à lei 11.161/05</i>. 2010 109p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2010</li> <li>• CRISTOFOLI, Maria Silvia. <i>Políticas de línguas estrangeiras na educação básica: Brasil e Argentina entre avanços e percalços</i>. 2010 223p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2010</li> <li>• TAVARES, Michele Peres Burlandy. <i>Caderno de revisão da aprendizagem de línguas estrangeiras (SME-RJ): uma análise lingüístico-discursiva</i>. 2010, 205p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010</li> <li>• SILVA, Tânia Mara. <i>Política de línguas no mercosul: o embate/relação entre o português, o espanhol e o guarani como línguas oficiais do bloco</i>. 2010, 98p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. 2010 *</li> </ul>
2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>• BRITO, Bartolomeu Melo. <i>Curriculares Nacionais: funcionamento do discurso norteador do ensino de línguas estrangeiras modernas</i>. 2011 128p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Alagoas, Alagoas. 2011 *</li> <li>• COSTA, Débora Amaral. <i>Representações linguísticas de alunos de ensino médio na aprendizagem de língua estrangeira</i>. 2011 177p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2011</li> <li>• SILVA, Elias Ribeiro. “[...] você vai ter que aprender inglês de qualquer jeito, querendo ou não!”: Exames de línguas e polítinguística para o inglês no Brasil. 2011 190p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2011</li> <li>• NOVAIS, Fannie Sampaio Pereira. <i>O processo de aprendizagem de língua inglesa retratado em narrativas de crianças e adolescentes camponeses: o caso da escola estadual rural Taylor Egídio</i>. 2011 144p. Dissertação (Mestrado em Cultura, Educação e Linguagens), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia. 2011. *</li> <li>• COSTA, Gicelma Cláudia. <i>A relação da língua com a cultura, a sociedade e a educação para o ensino-aprendizagem de língua inglesa no laboratório linguístico amazônico/amazônida</i>. 2011 136p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), Universidade Federal de Rondônia, Rondônia. 2011. *</li> <li>• SACHS, Guilherme. <i>A obrigatoriedade da oferta de espanhol no ensino médio sob a ótica da abordagem do ciclo de políticas</i>. 2011 120p. Dissertação (Mestrado em estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Londrina, Paraná. 2011</li> <li>• PARCIANELLO, Juciane Ferigolo. <i>O dizer na e sobre a língua de sujeitos descendentes de imigrantes italianos e a fronteira enunciativa</i>. 2011 115p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2011</li> <li>• LIMA, Laura Rodrigues de. “Uma das melhores coisas dentro dessa proposta é o espanhol” - as jovens situações bilíngues encontrando a maturidade na educação via pesquisa da EJA Florianópolis. 2011 173p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2011</li> <li>• SURIANO, Maria Lúcia. <i>Reforma ortográfica brasileira: função das políticas linguísticas no sistema de alianças regionais</i>. 2011 128p. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Diplomacia), Instituto Rio Branco, Brasília. 2011 *</li> <li>• OLIVEIRA, Sueli Teresinha de. <i>O ensino do espanhol no Brasil: silenciamentos e dominâncias</i>. 2011 115p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina. 2011</li> <li>• RIVAS, Verônica Elisabeth. “Yo no soy boliviano soy carioco –entre línguas e preconceitos na fronteira Brasil-Bolívia” 2011 95p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Estudos Fronteiriços), Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul. 2011*</li> </ul>

**Tabela 3:** Conjunto de teses e dissertações encontradas no período de 2007 a 2011 que se inserem no campo dos estudos de PPL.

A partir dos 26 resumos encontrados, buscamos as obras completas – tese ou dissertação - para que então fosse possível a delimitação dos trabalhos para a leitura na íntegra, sendo que definimos como critérios a seleção de um trabalho por região, sendo este a produção mais recente de cada referido contexto. A procura das pesquisas na íntegra teve início no dia 21/01/13 nos sites das diferentes universidades, no *Domínio Público* – o qual objetiva armazenar e compartilhar obras literárias, artísticas e científicas - e até mesmo no site de buscas *Google*.

Das 26 pesquisas, foram encontradas na íntegra 20 textos, sendo que não obtivemos acesso à obra completa das outras 6 pesquisas, as quais estão destacadas em negrito e indicados pelo asterisco na tabela acima. Após diversas buscas, dedicamo-nos a obter contato com os próprios autores das pesquisas por e-mail. No entanto, não obtivemos retorno de nenhum dos autores destas 6 pesquisas. Após a tentativa falha, partimos para a busca de contato com os programas de pós-graduação que ofereceram os cursos, e, de igual modo, não obtivemos respostas.

Inicialmente, o propósito seria organizar a análise dos trabalhos por região. Entretanto este procedimento foi descartado, pois, dentre os trabalhos não disponibilizados na íntegra constavam as pesquisas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de modo que o conjunto de textos integrais é composto apenas por trabalhos publicados nas regiões sul e sudeste. Desse modo, a segunda etapa do estudo orientou-se pela leitura e a análise aprofundada de uma publicação correspondente a cada um dos cinco anos que compreende o período de busca. A definição das cinco publicações em foco pautou-se nas evidências de seus títulos e resumos que apontavam para a pertinência dos mesmos no campo de PPL relativos ao ensino de LEM. Tal procedimento resultou na delimitação da leitura na íntegra e posterior análise das cinco pesquisas elencadas a seguir:

Ano	Tese ou Dissertação
<b>2007</b>	CUNHA, E. G. <i>“Formação de professores de língua inglesa em um curso de licenciatura: processos identitários”</i> . 2007. 179p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – Minas Gerais. 2007
<b>2008</b>	PINHEIRO, L. S. <i>Bases conceituais para uma Política Lingüística do Português/Italiano nas escolas – Caxias do Sul – RS</i> . 2008, 106p. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional), Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. 2008
<b>2009</b>	ESPIRITO-SANTO, M. M. <i>De Oiapoque a Saint-Georges: uma pesquisa sociolingüística em meio escolar na fronteira Brasil-Guiana Francesa</i> . 2009. 104p. Dissertação (Mestrado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009
<b>2010</b>	JANTUTA, L. <i>Política lingüística e ensino de línguas no SCMB: enunciados sobre a implantação do espanhol anterior à lei 11.161/05</i> . 2010 109p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2010

2011	SACHS, G. <i>A obrigatoriedade da oferta de espanhol no ensino médio sob a ótica da abordagem do ciclo de políticas</i> . 2011 120p. Dissertação (Mestrado em estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Londrina, Paraná. 2011
------	--

**Tabela 4:** Conjunto de teses e dissertações lidas e analisadas na íntegra

### 3. ANÁLISE

A partir da leitura dos 26 resumos encontrados, de acordo com o tema de interesse de nossa pesquisa, propomos uma breve análise das ideias gerais de cada trabalho buscando relaciona-las a fim de destacar as convergências existentes. De modo que, todos os trabalhos selecionados foram classificados por temas abordados em comum, conforme apresentaremos na primeira etapa das análises, que compreende a apresentação geral das pesquisas encontradas (TABELA 3). Já a segunda etapa, visa realizar um aprofundamento das análises a partir da leitura dos textos integrais das cinco publicações delimitadas (TABELA 4).

#### 3.1 PRIMEIRA ETAPA: APRESENTAÇÃO GERAL DAS PESQUISAS ENCONTRADAS

Por meio da análise geral dos 26 resumos lidos, percebemos os autores têm se preocupado em discutir aspectos culturais, sociais e históricos quanto ao ensino de LEM. Como destacado em **9 das pesquisas** (ESPIRITO-SANTO, 2009; LEMKE, 2010; PARCIANELLO,2011; PINHEIRO, 2008; RIVAS,2011; SANTOS, 2003; SILVA, L.C., 2008; SILVA, T.M., 2010; SOUZA,2009), **a globalização** tem proporcionado uma maior relação entre diferentes povos, gerando com isso a interação de diferentes línguas, o chamado multilinguismo (RAJAGOPALAN,2003). Com base nesta perspectiva, pesquisas têm sido feitas a fim de contribuir e destacar fatores importantes que devem ser considerados para a construção e desenvolvimento de PPL neste cenário.

Diante de todo o processo de globalização e conseqüente integração de povos de diferentes continentes do mundo, é importante ressaltar que culturas e línguas devem ser respeitadas e relacionadas sem qualquer sobreposição entre si, considerando a importância de valorização da própria cultura, e também o reconhecimento do valor da cultura alheia (RAJAGOPALAN, 2003). Isto posto, **8 pesquisas buscam conhecer como têm sido ensinadas as LEM nas escolas de Educação Básica brasileiras** (COSTA, 2011; LIMA, 2011; NOVAIS, 2011; PEROBELLI,2009; RIVAS, 2011; SILVA,2008; STEFANELLO,2007; TAVARES, 2010). Já **3 delas abordam como os professores têm**

**sido preparados para lidar com questões culturais e sociais relativas aos idiomas** (COSTA, G. C., 2011; COSTA, M. A. M. 2008; CUNHA,2007). **O questionamento sobre a existência de uma preocupação real com questões relativas ao ensino das LEM por parte dos órgãos gestores das políticas educacionais aparece em 14 estudos** (BRITO, 2011; CRISTOFOLI, 2010; ESPIRITO-SANTO,2009; JANTUTA, 2010; LEMKE, 2010; OLIVEIRA, 2011; PARCIANELLO, 2011; PINHEIRO, 2008; SACHS, 2011; SANTOS,2007; SILVA, E. R., 2011; SILVA, T. M., 2010; SOUZA, 2009; SURIANO, 2011).

Um fator que motiva as pesquisas é o largo **avanço de estrangeirismos** em diversas línguas, mas em menor quantidade, pois ocorre em apenas **1 dos estudos** (TORII,2007). A cada dia palavras de tem se ajustado a novos vocábulos, sentidos e usos emergem, de modo que surge a preocupação sobre como tais estrangeirismos interagem com o português no Brasil.

Apesar de fatores discutidos nos estudos mencionados se relacionarem predominantemente ao inglês como língua hegemônica, **9 pesquisas atenta-se à análise do ensino da língua espanhola** (JANTUTA, 2010; LEMKE, 2010; LIMA, 2011; OLIVEIRA, 2011; PEROBELLI, 2009; RIVAS, 2011; SACHS, 2011; SILVA, 2008; SOUZA, 2009). Uma vez que questões políticas mais amplas, para além da dimensão restrita a aspectos da linguagem, norteiam o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à hegemonia da língua inglesa, considerando que em 2005 é sancionada uma lei de obrigatoriedade do ensino de língua espanhola no Ensino Médio no Brasil, tal marco tem sido principal elemento motivador de teses e dissertações relacionadas à disseminação do espanhol no país.

Considerando que o Brasil mantém relações econômicas com países de seu continente, que são falantes de espanhol, este apresenta-se como um fator que justifica a preocupação com o ensino de espanhol em território brasileiro. No entanto, **além de influências pela relação de mercado no MERCOSUL, existem ainda questões políticas que envolvem a Espanha**, fazendo com que **11 pesquisas** se atentem ao questionamento das PPL nas relações entre estes países (CRISTOFOLI, 2010; JANTUTA, 2010; LEMKE, 2010; LIMA, 2011; OLIVEIRA, 2011; PEROBELLI, 2009; RIVAS, 2011; SACHS, 2011; SILVA, L. C., 2008; SILVA, T. M., 2010; SOUZA, 2009).

Outra causa motivadora de pesquisas está ligada às **questões fronteiriças** (CRISTOFOLI, 2010; ESPIRITO-SANTO, 2009; PARCIANELLO, 2011; PEROBELLI, 2009; RIVAS, 2011; SILVA, 2010), presentes em **6 publicações**. Por possuírem

características específicas, estudos buscam contemplar a influência da língua do país fronteiro. Desta forma tais aspectos devem ser considerados na construção das PPL destas regiões.

Preocupações relacionadas à língua inglesa e espanhola tiveram um maior número de pesquisas, porém, outras línguas, tais como o francês e o italiano, ganharam espaço nas pesquisas encontradas. Os **processos migratórios** contribuíram para a formação de diferentes colônias no Brasil, com isso, além de cultivarem a cultura, prezam também pela língua dos países de origem, conforme apontam **2 estudos** (LEMKE, 2010; PINHEIRO, 2008). Considerando esta situação em que as línguas dos imigrantes e suas culturas têm sido passadas de geração em geração nestas colônias, discussões acerca das PPL que envolvam estas colônias têm sido despertadas e são tema relevantes de pesquisas da área.

A partir da identificação dos temas abordados nestes estudos, foi possível agrupá-los conforme a tabela 5:

Temática	Quantidade	Trabalhos Identificados por autoria
Engajamento de órgãos gestores das políticas	14	BRITO, 2011; CRISTOFOLI, 2010; ESPIRITO-SANTO, 2009; JANTUTA, 2010; LEMKE, 2010; OLIVEIRA, 2011; PARCIANELLO, 2011; PINHEIRO, 2008; SACHS, 2011; SANTOS, 2007; SILVA, E. R., 2011; SILVA, T. M., 2010; SOUZA, 2009; SURIANO, 2011
Papel do MERCOSUL e da Espanha	11	CRISTOFOLI, 2010; JANTUTA, 2010; LEMKE, 2010; LIMA, 2011; OLIVEIRA, 2011; PEROBELLI, 2009; RIVAS, 2011; SACHS, 2011; SILVA, L. C., 2008; SILVA, T. M., 2010; SOUZA, 2009
Globalização	9	ESPIRITO-SANTO, 2009; LEMKE, 2010; PARCIANELLO, 2011; PINHEIRO, 2008; RIVAS, 2011; SANTOS, 2003; SILVA, L. C., 2008; SILVA, T. M., 2010; SOUZA, 2009
Ensino da língua espanhola	9	JANTUTA, 2010; LEMKE, 2010; LIMA, 2011; OLIVEIRA, 2011; PEROBELLI, 2009; RIVAS, 2011; SACHS, 2011; SILVA, 2008; SOUZA, 2009
Ensino de LEM	8	COSTA, 2011; LIMA, 2011; NOVAIS, 2011; PEROBELLI, 2009; RIVAS, 2011; SILVA, 2008; STEFANELLO, 2007; TAVARES, 2010
Questões fronteiriças	6	CRISTOFOLI, 2010; ESPIRITO-SANTO, 2009; PARCIANELLO, 2011; PEROBELLI, 2009; RIVAS, 2011; SILVA, 2010
Formação de professores em aspectos culturais e sociais	3	COSTA, G. C., 2011; COSTA, M. A. M. 2008; CUNHA, 2007
Processos migratórios	2	LEMKE, 2010; PINHEIRO, 2008.
Avanço de estrangeirismos	1	TORII, 2007

**Tabela 5:** Síntese dos temas abordados nos estudos analisados

Apesar da ramificação dos interesses das pesquisas, cada análise observa a importância que cada um dos estudos confere ao tema PPL e à necessidade do desenvolvimento de políticas que se comprometam com os diversos aspectos linguísticos, socioculturais, políticos e educacionais para o ensino das LEM no contexto brasileiro.

### **3.2 SEGUNDA ETAPA: APRESENTAÇÃO DAS PESQUISAS LIDAS NA ÍNTEGRA**

A fim de organizar e delimitar as pesquisas que são objeto mais aprofundado de nossa análise acerca das PPL voltadas para LEM no Brasil, determinamos o fator ano como elemento a nortear nossa seleção. Antes de partirmos para análise propriamente dita, discorreremos brevemente sobre cada trabalho selecionado a fim de proporcionar um conhecimento prévio acerca das obras. Para cada ano, destacamos a pesquisa cujo resumo se apresentou mais relevante às nossas discussões, especialmente a partir do reconhecimento de que os objetos destes estudos se inserem na temática de PPL em relação o ensino de LEM. As pesquisas selecionadas podem ser observadas na tabela 4 apresentada anteriormente.

Ancorados na abordagem proposta por Chaudenson (1990 apud CALVET, 2007) que desenvolve uma análise da língua a partir de suas funções (*status*) e de seu uso (*corpus*), compreendemos que para nossa pesquisa seriam relevantes estudos que se relacionassem diretamente com as questões de *status*. Logo, para o ano de 2007 selecionamos a pesquisa “Formação de professores de língua inglesa em um curso de licenciatura: processos identitários” (CUNHA, 2007). Neste trabalho a autora objetiva investigar o processo de construção de sentido sobre a Língua Inglesa (LI), a partir de representações da mesma e de identificações que afetam o ensino dessa língua, partindo da observação dos dizeres de professores formadores e em formação.

Para o ano de 2008, selecionamos a pesquisa “Bases conceituais para uma política linguística do português/italiano nas escolas – Caxias do Sul- RS” (PINHEIRO, 2008). De acordo com a autora, este estudo apresenta bases teóricas para uma política linguística adequada à situação de bilinguismo do grupo ítalo-descendente de Caxias do Sul, RS (PINHEIRO, 2008).

Para o ano seguinte, escolhemos a obra de Espírito-Santo (2009) intitulada de “De Oiapoque a Saint-Georges: uma pesquisa sociolinguística em meio escolar na fronteira Brasil-

Guiana Francesa” que tem por objetivo investigar a situação linguística na fronteira Brasil/Guiana Francesa, discutindo os resultados obtidos frente às PPL de ensino LEM estabelecidas no Brasil (ESPIRITO-SANTO, 2009).

Das cinco pesquisas encontradas no ano de 2010, selecionamos a dissertação de Jantuta (2010) nomeada de “Política Linguística e ensino de línguas no SCMB: Enunciados sobre a implantação do Espanhol anterior à lei 11.161/05”. De acordo com o autor, o objetivo deste trabalho foi de analisar os efeitos das ações de políticas educacionais públicas, no contexto de PPL vinculados a uma linha de pesquisa que relaciona língua, sujeito e história.

A última pesquisa selecionada foi a do autor Sachs (2011), também relacionada ao ensino de espanhol, intitulada de “A obrigatoriedade da oferta de espanhol no ensino médio sob a ótica da abordagem do ciclo de políticas”. Sachs (2011) faz uma análise da obrigatoriedade da oferta da língua espanhola no Brasil visto a partir da abordagem do ciclo de políticas (BALL, 1994; MAINARDES, 2006 e 2009), considerando textos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Orientações Curriculares para o Ensino Médio, no que diz respeito ao ensino de língua espanhola, as Diretrizes Curriculares de Línguas Estrangeiras do Estado do Paraná (2008), o texto da lei 11.161/2005 e a Instrução 011/2009 da SUED/SEED, apresentando pontos de contrariedade tanto no contexto de influência quanto de produção de textos, a fim de promover discussão em torno da política de promoção de Espanhol entre linguistas aplicados e demais interessados.

### **3.2.1 TERCEIRA ETAPA: APROFUNDAMENTO DA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES LIDAS NA ÍNTEGRA**

A partir da análise do nosso *corpus* de pesquisa, composto a partir dos critérios delimitados, por 5 pesquisas na íntegra, dos 26 trabalhos encontrados no Banco de Teses da Capes, suscitamos o debate sobre os conceitos relacionados às PPL que permeiam estes estudos.

Considerando que o campo de investigação em que a presente pesquisa se insere aborda as determinações alusivas às relações entre línguas e sociedade, bem como ao que tange à implementação de tais decisões, observamos que é de extrema importância as discussões no âmbito dos estudos da PPL sejam abordadas e problematizadas, principalmente em contextos de formação de professores de línguas, pois, estes orientam suas práticas

influenciadas pelas PPL. Além disso, de acordo com Cunha (2007), precisamos considerar questões éticas e ideológicas associadas ao estudo de línguas, pois estes são fatores que se relacionam intrinsecamente, já que a língua deve ser considerada como prática social e manifestação discursiva da constituição identitária de cada sujeito.

No campo das PPL destacam-se as discussões referentes à LI, pois tal língua alcançou proporções enormes em todo o mundo, e essa expansão tem sido aceita por vezes sem a devida problematização e posicionamento crítico em relação a esse fenômeno. Considerando esta situação, a pesquisa de Cunha (2007) busca identificar as representações existentes no discurso e também nas metodologias desenvolvidas em aulas de um curso de formação de professores de LI, a fim de analisar como o *status* hegemônico desta. O autor observa que esta representação sobre o papel da LI tem sido amplamente reproduzida pelos próprios formadores de professores e tem se espalhado como uma verdade em meio aos profissionais da área bem como para a sociedade brasileira de modo geral. Ao reforçar a hegemonia do inglês, os cursos de formação podem colaborar para que não desenvolvamos o entendimento acerca das dimensões sociais e políticas envolvidas no ensino de línguas, fazendo com que representações ancoradas na suposta superioridade de um idioma perdurem por tempo indeterminado, e limitem as possibilidades expressas pelo ensino das diferentes LEM.

Diante de tais constatações, é necessário ressaltar que existem parâmetros que regem as diferentes etapas do sistema educacional em nosso país, sendo que, no que tange à LE, há a obrigatoriedade da oferta de uma delas para os Ensinos Fundamental e Médio, porém não se menciona explicitamente qual língua deva ser ensinada. Dá-se a liberdade de escolha com o objetivo de atender às necessidades da comunidade. Entretanto, o que podemos observar no cotidiano da maioria massacrante das escolas de Educação Básica, é que o inglês tem tido prioridade em relação aos demais idiomas, processo que ocorre de maneira naturalizada.

Tal cenário não se compõe ao acaso. É certo que diversos fatores históricos, sociais, políticos e econômicos contribuem para expansão de uma língua. Contemporaneamente, o processo contínuo de globalização requer uma maior interação entre as diversas partes do mundo, esta comunicação se dá por meio de uma língua que possa ser comum a diferentes grupos e, atualmente, a LI tem sido usada para estabelecer estas relações. Entretanto, no que se refere aos processos educacionais, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) destaca, não podemos ignorar o fato de que vivemos em um mundo plurilíngue e que o sistema de ensino deva oportunizar aos aprendizes a compreensão desta realidade de modo



crítico. Nesse sentido o PCN voltado ao ensino de Línguas Estrangeiras para o Ensino Fundamental aponta como um de seus objetivos:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; (BRASIL,1998)

Outro destaque em relação aos parâmetros que regem a educação do Brasil refere-se à maneira como a língua deve ser ensinada. As orientações para o desenvolvimento deste ensino são subjetivas, permitindo diversas interpretações por meio daqueles que se dedicam à leitura de tais documentos, podendo desta forma, gerar diferentes pontos de vista de acordo com as diversas visões de mundo. Assim, dependendo das ações implementadas em cada contexto, abrem-se tanto possibilidade para trabalhos localmente significativos quanto negligenciamento das necessidades específicas de cada comunidade. Portanto, nesta perspectiva vale questionar o espaço das diferentes minorias linguísticas em nosso país, pois, além das cidades fronteiriças que se relacionam de forma mais intrínseca com países de diferentes línguas, temos comunidades descendentes de imigrantes que prezam pelo o acesso e também a interação por meio de suas culturas e línguas maternas, como destaca a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL), que defende o direito ao ensino de sua língua e cultura.

A DUDL foi proclamada em 1996, durante uma Conferência Mundial dos Direitos Linguísticos em Barcelona, com o objetivo de assegurar os direitos individuais e coletivos relacionados à língua, já que a linguagem se dá por meio de uma necessidade real de comunicação entre indivíduos dentro de uma mesma comunidade, ou de diferentes comunidades linguísticas, e cada comunidade é constituída por estes indivíduos que usam esta ferramenta para se relacionarem e expressarem ideias, culturas e crenças. Logo é importante que os direitos individuais e coletivos sejam pautados por declarações.

Em contraposição à hegemonia da LI, destaca-se a problematização dos direitos minorias linguística, conforme aponta o estudo de Pinheiro (2008). A autora em sua pesquisa busca compreender as necessidades das comunidades da região de colonização italiana que são caracterizadas pelo bilinguismo restrito, tendente ao monolinguísmo português no município Caxias do Sul- RS. Nesta região, os dialetos italianos deram conta da comunicação rural, no entanto, têm sido gradualmente abandonados nas grandes cidades. Logo, para a autora, o acesso à língua padrão italiana não só propiciará o incentivo ao sentimento de

pertença ao grupo minoritário como também instituirá o acesso à cultura em sentido amplo, desencadeando um intercâmbio cultural e econômico entre Brasil e Itália. Para tanto, a autora aponta a necessidade de se desenvolver políticas linguísticas que incluam o ensino do italiano nas escolas. Pois, considerando que estes imigrantes fazem parte desta comunidade, percebe-se que suas necessidades devam ser levadas em conta no que se refere ao desenvolvimento de políticas linguísticas para a região, conforme atesta a DUDL em seu artigo 8º “Todas as comunidades linguísticas têm o direito de dispor dos meios necessários para assegurarem a transmissão e a projeção futuras da língua”.

Além de compreender as necessidades linguísticas da região, a autora analisa quais são as contribuições da aprendizagem da língua para a sociedade. Em sua pesquisa, a autora desenvolve entrevistas com sujeitos prepostos a funções administrativas e de poder relacionados com o ensino e a educação escolar. Assim como também foram entrevistados empresários de renome no município, buscando captar a visão do empresário caxiense quanto à aprendizagem da língua italiana pela comunidade escolar do município. Ao analisar os dados obtidos, a autora pode concluir que além da funcionalidade da Língua Italiana como Língua de Cultura, pode-se percebê-la também como língua de trabalho, já que é bastante considerável o percentual de indústria que mantêm algum relacionamento comercial com a Itália.

Assim, a autora busca relacionar a situação linguística da região, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os PCN, ressaltando a importância da aprendizagem da língua italiana, como constatado em sua pesquisa, com o que os documentos propõem para o ensino de LE. Desta forma, percebe-se que a aprendizagem de uma língua deve contemplar as necessidades e cultura específicas da comunidade, e esta tem liberdade de escolher a língua a ser lecionada. Logo, cabe o questionamento sobre a naturalização da escolha do ensino de inglês como a LE nesta comunidade.

Portanto, vale ressaltar que a conscientização da comunidade quanto à valorização da cultura e língua de uma minoria em um país contribuem grandemente para que ações políticas voltadas a estas sociedades sejam requeridas e conseqüentemente desenvolvidas, já que estes foram profundamente afetados por processos políticos e históricos e suas conseqüências implicam até hoje, como por exemplo, a Reforma Capanema, conjunto de decretos e leis que promoviam o ensino de quatro línguas estrangeiras nas escolas (latim, francês, inglês e espanhol). De acordo com Jantuta (2010), tal documento serviu como forma legal de controlar

o ensino das línguas de imigrantes como primeira língua em sua região, pois tal atitude seria considerada uma ameaça ao nacionalismo, obrigando a região imigrante considerar a sua própria língua como estrangeira.

Nesse sentido, Espírito-Santo (2009) também desenvolve sua pesquisa abordando a necessidade de se desenvolver PPL em contextos multilíngues, neste caso em uma região de fronteiras, com situações peculiares quanto à relação entre diferentes línguas e culturas. Para tanto, ela desenvolve sua pesquisa na região fronteira Brasil/Guiana Francesa com o intuito de investigar a situação linguística da localidade. Este contexto, assim como os de imigrantes, também é considerado como uma minoria linguística, e, de igual modo fica em desfalque em relação às políticas e planejamentos linguísticos, pois, de acordo com a autora, as minorias não são consideradas no momento de planejamento linguístico em um país.

É importante ressaltar que as regiões fronteiriças possuem relações intrínsecas, de modo que cada comunidade tem enraizada em si sua cultura, língua e especificidades. O contato linguístico nessas zonas de fronteira é inevitável, pois estes lugares são muito propícios para cruzamentos linguísticos, trazendo diversos questionamentos acerca do relacionamento dessas línguas. Para tanto, a autora traz o embasamento teórico sobre Línguas em Contato, que trata do fenômeno de misturas das línguas, nomeado assim por Weinreich no século XX. Para ele, este processo consiste na transformação de algumas regras das línguas por meio do conhecimento que o falante tem de mais de uma língua.

As expressões políticas sempre existiram desde o surgimento da sociedade, no entanto, nem sempre o peso maior para a tomada de decisões políticas linguísticas são as necessidades reais de comunicação e sim considerações políticas, sociais, econômicas ou religiosas. Desta forma, é notável o poder do governo sobre os idiomas, uma vez que cabe ao Estado legislar sobre as escolas, podendo definir quais as línguas estrangeiras a serem ensinadas e como este ensino se desenvolve no contexto escolar. No entanto, assim como aponta Pinheiro (2008), o Estado quando se refere às determinações de políticas regentes do ensino, nos parâmetros direcionados às línguas estrangeiras, não estabelece uma língua como sendo o segundo idioma do país, a única referência especial, se faz ao espanhol, tornando-o disciplina obrigatória a ser ofertada no Ensino Médio. As influências existentes na implantação desta lei serão discutidas adiante.

É importante esclarecer que sabemos que a participação do Estado para a adoção de PPL específicas para cada contexto é sim importante. No entanto, de igual modo, sabemos

que seria custoso que o governo se dedicasse ao estabelecimento de normas específicas para cada comunidade linguística, como também, tal atitude poderia implicar uma possível restrição à expansão do inglês, já que as línguas minoritárias poderiam obter espaço significativo em determinadas regiões. Assim pode-se inferir que tal abertura e liberdade aparente oportunizada pelos parâmetros que direcionam o ensino de LE no Brasil existiriam com o objetivo de não favorecer, mas também não vetar ações voltadas às línguas por comunidades minoritárias.

Em relação às decisões linguísticas envolvendo o Estado, Jantuta (2010), aponta que todos nós somos afetados pelo idioma que praticamos. Isso se dá porque nascemos em locais que já se tem uma determinação sobre ele e conseqüentemente sobre a Língua praticada nestes contextos. Logo, considerando que os sujeitos sofrem os efeitos das ações das políticas linguísticas, pela língua que praticam, tais sujeitos sofrem as decisões que o Estado impõe por meios legais para a regência de uma nação. Assim, temos claro que todas as escolas estão sob decisões que são previamente tomadas por instituições legais que legislam um país. Deste modo, a escola interfere no que se deve aprender e conseqüentemente sobre as hierarquias de línguas praticadas em uma sociedade. Logo, entende-se que a relação entre política e língua é intrínseca.

Diante disto, percebemos que o autor concorda que os documentos voltados à educação são elaborados para planejar, coordenar e também se adequar às exigências de uma sociedade capitalista, que busca por meio do mercado reger a educação e conseqüentemente os ideais de uma nação. Como pode ser observado por meio da afirmação seguinte:

É sob esta postura de forma econômica, portanto, que o ensino de línguas estrangeiras se consolida. Remete-se às línguas um ideal próprio do “fator econômico” e o “avanço tecnológico” que são transferidos para a educação e materializados nas grades curriculares pela oferta das disciplinas de línguas estrangeiras. (JANTUTA, 2010: 36)

Logo, percebe-se que apesar de o Estado não explicitar em seus documentos qual a LE deva ser ensinada, deixando à escolha da comunidade, pode-se evidenciar, por meio de tais lacunas, um alinhamento do Estado com a pedagogia neoliberal, que de acordo com Fogaça e Gimenez (2007), é uma vertente da pedagogia tecnicista que é influenciada por agências internacionais relacionadas ao mercado. Desta forma, esta pedagogia segue os ideais neoliberais que pregam a individualidade e liberdade. Assim, nesta perspectiva, cada qual é

responsável por suas conquistas, logo, percebe-se que as desigualdades sociais estão diretamente ligadas à sorte e esforço individual e não às condições proporcionadas à sociedade ou pelas condições oferecidas por setores de gestão governamental, como a educação pública.

Partindo deste ponto de vista, o domínio de uma LE pode ser entendido como uma oportunidade para a ascensão social, como observado na pesquisa proposta por Cunha (2007). A autora afirma que a maioria dos alunos indagados sobre suas expectativas relacionadas à LI, expressam em seu discurso uma valorização acentuada da língua, sempre associando-a a possibilidades de empregos e projeções sociais. Dessa forma, percebe-se, de acordo com a autora, que a LI é entendida como instrumento de poder, podendo ser usada tanto como benefício para os que a dominam, quanto um instrumento de exclusão para àqueles que não têm proficiência.

Outro ponto destacado por Jantuta (2010) refere-se à exclusividade atribuída ao Espanhol, por meio da obrigatoriedade de oferta da língua para o Ensino Médio, ratificada pela implantação da lei de número 11.161./05 em 2005. De acordo com o autor:

A implantação da língua espanhola nos currículos do ensino médio se relaciona a acordos bilaterais como é o caso do Tratado de Assunção, ou ainda a questões de “dívida financeira” do Brasil com a Espanha e, sobretudo ao interesse deste último em promover a língua dentro e fora do território Espanhol. (JANTUTA, 2010: 40)

Considerando a implantação desta lei de obrigatoriedade de ensino de uma LE, pode-se inferir que talvez o Estado reconheça que há outra língua com um maior *status* sendo oferecida e aceita de forma naturalizada, sem qualquer imposição legal, e que a implantação do ensino de uma segunda LE deveria ser proposta por lei, para que assim fosse acatada. Percebe-se então, que questões econômicas e científicas são consideradas antes mesmo de se atentar às questões culturais (JANTUTA, 2010). Desta forma, a língua se torna um produto que recebe influências geradas pelas necessidades de mercado, e nós nos tornamos simples usuários desta língua “produto”.

Com o mesmo objetivo, de analisar a implantação da Língua Espanhola no currículo do Ensino Médio, Sachs (2011) analisa a política governamental relacionada à aprovação da lei 11.161/05 de acordo com a Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP) (Bowe et al., 1992; Ball, 1994), enfocando nos contextos de influência e produção de textos. A ACP foi

inicialmente desenvolvida com o objetivo de teorização das políticas, refletindo sobre, pensando como são feitas e destacando seus compassos e descompassos.

De acordo com o referencial adotado para o estudo, o contexto de influência é onde as políticas públicas são iniciadas e os discursos são construídos e entram em embate. É neste contexto também que estão representadas, de maneira assimétrica, entidades de classe, membros do governo, comunidade científica e etc. O contexto de produção de textos da ACP tem como foco os discursos que são invocados para construir e justificar uma política pretendida. Este contexto tem como resultado os textos orais ou escritos, desenvolvidos pelo Ministro da Educação com a colaboração do Conselho Nacional de Educação, que pretendem normatizar a política, são eles: parâmetros, orientações, textos legais, leis, decretos, instruções entre outros termos relacionados (SACHS, 2011).

Neste sentido, o autor busca entender quais os fatores que influenciaram para a implantação da lei 11.161/05, já que esta atinge diretamente no Ensino de LE no Brasil, obrigando a oferta da língua espanhola para o Ensino Médio. Para tanto, Sachs (2011) aponta a abertura de 8 unidades do Instituto Cervantes, sendo que o Brasil foi o país que mais recebeu investimentos. O instituto Cervantes, com sede na Espanha, de acordo com Sachs (2011), foi criado com o objetivo de promover a língua e a cultura espanhola e hispanoamericana em todo o mundo. Percebe-se então o grande interesse da Espanha em promover a expansão de sua língua e cultura em nosso país, interesse este que, conforme expõe Jantuta (2010), relaciona-se com a dívida do Brasil com a Espanha.

Outros fatores são erguidos para justificar a implantação da lei que obriga o ensino de Espanhol para o EM. Conforme Fernández (2000 apud SACHS, 2011), as principais razões para o prestígio voltado ao Espanhol se dá por meio da criação do MERCOSUL, bloco econômico formado por quatro países, dentre eles o Brasil, da instalação de grandes empresas espanholas, estreitando, assim, os laços econômicos entre Brasil e Espanha, e também pelo peso da cultura hispânica, que na verdade, apesar de relevante, este fator não é amplamente considerado.

Adicionados a estes fatores, Sachs (idem) aponta outros motivos que são apresentados por diversos estudiosos da área. No entanto, apesar de diferentes elementos poderem ter influenciado no decreto a lei, verifica-se que grande parte atem-se às questões econômicas e políticas. Desse modo, de acordo com Sachs (2011):

[...] fica evidenciado que o Brasil se transformou em palco de uma guerra econômica em torno da língua estrangeira. Vemos esta guerra como lamentável, onde se corre o risco de haver um ensino de línguas voltado para a reprodução, em detrimento de um ensino libertário, que forneça ferramentas para a promoção de cidadãos transformadores de suas realidades. (SACHS, 2011: 37)

Quanto ao contexto de produção, percebe-se que por mais que os documentos que regem o ensino de LEM no Brasil sejam de natureza governamental, pode-se constatar por meio de análises documentais que estes apresentam divergências, evidenciando desta forma problemas quanto ao planejamento e implementação das políticas linguísticas. Assim, o autor aponta a necessidade de se envolver profissionais da Linguística Aplicada nos processos de produções de política linguísticas, já que estes especialistas direcionam suas pesquisas para entender os processos sócio-históricos e políticos atrelados à linguagem. Diante disto, consideramos que estes estudiosos da linguagem, poderiam contribuir, também, com a conscientização social sobre a importância de se voltar aos aspectos políticos de uma língua, buscando a partir daí o apoio Estado,

Diante do exposto, percebe-se que em cada contexto há especificidades que precisam ser consideradas no momento de planejamento e também implantação de políticas relacionadas à linguagem. A língua pertence a seus falantes, no entanto reconhecemos que determinações do Estado para a regência de seu ensino geram grande influência sobre os contextos de ensino, pois, nascemos em sociedades regidas por leis que servem de parâmetros para nossa vivência social. A linguagem sendo um fenômeno desta mesma natureza, também demanda a existência de determinações que possam proporcionar o respeito mútuo, assim como atesta a DUDL que, para garantir a convivência entre comunidades linguísticas é necessário encontrar princípios de caráter universal que permitam assegurar a promoção, o respeito e o uso social público e privado de todas as línguas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio das pesquisas e consequentes análises expostas neste trabalho, pode-se perceber que o interesse pelo tema políticas e planejamentos linguísticos tem sido crescente nos últimos anos. Diante do aumento do número de pesquisas voltadas à discussão de tais questões (GRÁFICO 1), observamos a relevância da temática, especialmente para o ensino de LEM no Brasil.

O levantamento no Banco de Teses e dissertações nos possibilitou identificar alguns elementos que caracterizam os estudos. Apontamos as regiões de procedência destes estudos (GRÁFICO 2), bem como as temáticas abordadas pelos mesmos, conforme a tabela 5 apresenta. Desta síntese destacamos que um mesmo trabalho pode abordar mais de um tema, mas que de modo geral, todas as temáticas incidem sobre conhecimentos relevantes à formação dos professores de línguas.

A análise mais aprofundada dos 5 trabalhos lidos da íntegra (TABELA 4), apontam para o entrelaçamento das problematizações apresentadas pelos estudos, de modo que fica evidente que independentemente do foco tomado para cada um deles, as deliberações acerca do ensino de uma LEM ou de outra, acarretam em consequências que extrapolam o contexto micro destes empreendimentos. Por exemplo, ao focar o ensino de LI em detrimento dos demais idiomas, evocamos a ausência das demais línguas no currículo. Por outro lado, ao abordar a questão da definição da LEM a partir de aspectos relativos às comunidades de imigrantes ou às peculiaridades de regiões fronteiriças, evocamos estas em oposição aos espaços e demandas impostas em função da difusão da LI, por exemplo. Nesse sentido, evidenciamos que as discussões relativas às PPL devem ser tomadas a partir de uma perspectiva mais ampla que oriente os currículos segundo a perspectiva da educação linguística, a qual visa integrar o trabalho com os diferentes idiomas de modo articulado às variadas linguagens que fazem parte não apenas do contexto escolar, mas da sociedade em que vivemos (BAGNO E RANGEL, 2005).

Diante do exposto, destacamos dois principais aspectos complementares às conclusões que derivam destas análises. Primeiramente apontamos para a relevância do engajamento de profissionais da linguagem na elaboração e na implementação das PPL, a fim de contribuir para o reconhecimento das necessidades de comunicação específicas de cada comunidade, considerando aspectos culturais, históricos e necessidades dos diferentes contextos. Tal participação poderia auxiliar na promoção de ações que possam incentivar a conscientização, tanto da população quanto de demais atores políticos nas esferas de representatividade, acerca das peculiaridades relativas à escolha de uma LEM. Conjuntamente à agentividade dos profissionais no âmbito político mais restrito, reforçamos que as questões apresentadas pelos diversos estudos desenvolvidos na área demonstram-se indispensáveis ao fomento de reflexões dentro dos cursos de graduação e de pós-graduação em Letras de nosso país, de modo a explorar a complexidade em que se insere o ensino das LEM em nossa sociedade.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes. Por Uma Política De Ensino De (Outras) Línguas. *Revista Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Campinas: Editora da Unicamp, vol. 37: 103-108, 2001.
2. ARANDA, Maria Alice de Miranda. A participação como ponto de convergência na gestão da política educacional dos anos iniciais do século XXI, In: *Anais do Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*, XV, Belo Horizonte, 2010.
3. AZEVEDO, Janete Maria Lins. A abordagem neoliberal. In: \_\_\_\_\_. 3ª Ed. *A educação como política pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. P.9-17.
4. BALL, S.J. *Education Reform: A critical and post-estructural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.
5. BAGNO, MARCOS; RANGEL, EGON DE OLIVEIRA. Tarefas da educação lingüística no Brasil. In: *Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada*, v. 5, n. 1, 2005.
6. BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, A. *Reforming Education & Changing Schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.
7. BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
8. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2000.
9. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
10. BRITO, Bartolomeu Melo. *Curriculares Nacionais: funcionamento do discurso norteador do ensino de línguas estrangeiras modernas*. 2011 128p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Alagoas, Alagoas. 2011
11. CALVET, Louis-Jean. *As Políticas Linguísticas*. São Paulo: Parábola Editoria, 2007.
12. CORRÊA, Vera. A hegemonia do neoliberalismo: Saturação ideológica das consciências. In: \_\_\_\_\_. 1ª Ed. *Globalização e neoliberalismo: o que isso tem a ver com você, professor?*. Rio de Janeiro: Quartet, 2000. p. 29-81.

13. CORRÊA, Vera. Globalização e neoliberalismo: O que isso tem a ver com você, professor?. In: \_\_\_\_\_. 1ªEd. *Globalização e neoliberalismo: o que isso tem a ver com você, professor?*. Rio de Janeiro: Quartet, 2000. p. 117-145.
14. COSTA, Débora Amaral. *Representações linguísticas de alunos de ensino médio na aprendizagem de língua estrangeira*. 2011 177p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2011
15. COSTA, Gicelma Cláudia. *A relação da língua com a cultura, a sociedade e a educação para o ensino-aprendizagem de língua inglesa no laboratório linguístico amazônico/amazônida*. 2011 136p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), Universidade Federal de Rondônia, Rondônia. 2011.
16. COSTA, Marco Antônio Margarido. *Do sentido da Contingência à Contingência da Formação: Um Estudo Discursivo sobre A Formação de Professores de Inglês*. 2008, 131 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008
17. CRISTOFOLI, Maria Silvia. *Políticas de línguas estrangeiras na educação básica: Brasil e Argentina entre avanços e percalços*. 2010 223p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2010
18. CUNHA, Elisabeth Gonçalves. *“Formação de professores de língua inglesa em um curso de licenciatura: processos identitários”*. 2007. 179p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – Minas Gerais. 2007
19. ESPIRITO-SANTO, Marilúcia Marques. *De Oiapoque a Saint-Georges: uma pesquisa sociolinguística em meio escolar na fronteira Brasil-Guiana Francesa*. 2009. 104p. Dissertação (Mestrado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009
20. GIMENEZ, Telma. ; FOGAÇA, Francisco Carlos. O ensino de línguas estrangeiras e a sociedade. In: *Rev. Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 7, n. 1, 2007.
21. GRADDOL, David. *English Next*. United Kingdom: British Council, 2006.
22. HELLER, Monica. The Commodification of Language. *Annual Review of Anthropology*, Canadá, 2010. 39:101–14 < 10.1146/annurev.anthro.012809.104951>. Acesso em: 21/09/12
23. HÖFLING, Eloísa de Matos. estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, nº 55, pg. 30-41, Novembro, 2001.

24. JANTUTA, Lucélio. *Política linguística e ensino de línguas no SCMB: enunciados sobre a implantação do espanhol anterior à lei 11.161/05*. 2010 109p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2010
25. LACOSTE, Yves. ; RAJAGOPALAN, Kanavillil. *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
26. LEMKE, Cibele Krause. *Políticas e práticas linguísticas: um estudo sobre o ensino de língua espanhola em um contexto multilíngue no Paraná – Brasil*. 2010 236p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010
27. LIMA, Antônio Bosco de, *Gestão democrática: A decomposição do concretizado*, In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, XV, 2010, Belo Horizonte, Anais do XV ENDIPE.
28. LIMA, Laura Rodrigues de. *“Uma das melhores coisas dentro dessa proposta é o espanhol” - as jovens situações bilíngues encontrando a maturidade na educação via pesquisa da EJA Florianópolis*. 2011 173p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2011
29. LIMA, Paulo Gomes. *Estado, políticas educacionais e escola no Brasil*, In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, XV, 2010, Belo Horizonte, Anais do XV ENDIPE.
30. MAINARDES, Jefferson. *Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais*. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n.94, p. 47-69, jan/abr. 2006.
31. NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf. (Org.). *Política e políticas linguísticas*. 1ed.Campinas, SP: Pontes, 2013.
32. NICOLAIDES, Christine; TILIO, Rogério C. *Políticas de ensino e aprendizagem de línguas adicionais no contexto brasileiro: o caminho trilhado pela ALAB*. In: NICOLAIDES, Christine *et. al. Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Ponte/Alab, 2013, p. 285-306.
33. NOVAIS, Fannie Sampaio Pereira. *O processo de aprendizagem de língua inglesa retratado em narrativas de crianças e adolescentes camponeses: o caso da escola estadual rural Taylor Egídio*. 2011 144p. Dissertação (Mestrado em Cultura, Educação e Linguagens), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia. 2011.

34. OLIVEIRA, Sueli Teresinha de. *O ensino do espanhol no Brasil: silenciamentos e dominâncias*. 2011 115p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina. 2011
35. PARCIANELLO, Juciane Ferigolo. *O dizer na e sobre a língua de sujeitos descendentes de imigrantes italianos e a fronteira enunciativa*. 2011 115p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2011
36. PASSONI, Taisa Pinetti ; AUDI, Luciana Cristina da Costa ; D'ALMAS, Juliane. ; GAMERO, Raquel. Um Olhar Sobre Currículo: Ferramenta para Empoderamento do Professor. *Revista X*, v. 1, p. 89-105, 2010.
37. PEROBELLI, Silvia. *O imaginário sobre a língua espanhola: Um olhar no discurso de alunos são-borjenses*. 2009 198p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. 2009
38. PINHEIRO, Luciana Santos. *Bases conceituais para uma Política Lingüística do Português/Italiano nas escolas – Caxias do Sul – RS*. 2008, 106p. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional), Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. 2008
39. RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e questão ética*. São Paulo: Parábola Editoria, 2003.
40. RAJAGOPALAN, Kanavillil.; SILVA, Fábio Lopes. *A linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola Editoria, 2004.
41. REIS, Simone. Pesquisa em letramento crítico no Brasil: um levantamento de dissertações e teses de 1987 a 2006. In: DURÃO, A. B. A. B.; ANDRADE, O. G.; REIS, S. (Orgs.). *Reflexões sobre o ensino das línguas estrangeiras*. Londrina: Moriá, 2008, p. 51-83.
42. RICENTO, THOMAS (Ed.) *An Introduction to Language Policy: Theory and Method*. Blackwell Publishing: Oxford, 2006.
43. RICENTO, THOMAS (org). *Language Policy & Political Economy: English in a global context*. New York: Oxford University Press, 2015
44. RIVAS, Verônica Elisabeth. “*Yo no soy boliviano soy carioco –entre línguas e preconceitos na fronteira Brasil-Bolívia*” 2011 95p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Estudos Fronteiriços), Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul. 2011

45. ROCHA, Claudia Hilsdorf ; BRAGA, D. B. ; CALDAS, R. R. *Políticas linguísticas, ensino de línguas e formação docente: desafios em tempos de globalização e internacionalização*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
46. SACHS, Guilherme. *A obrigatoriedade da oferta de espanhol no ensino médio sob a ótica da abordagem do ciclo de políticas*. 2011 120p. Dissertação (Mestrado em estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Londrina, Paraná. 2011
47. SANTOS, Sandro Martins de Almeida. *O Papel dos Estados Unidos na Difusão do Inglês no Brasil*. 2007 109 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2007
48. SAVIANI, Dermeval. O neoprodutivismo e suas variantes: neo-escolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo (1991-2001). In: \_\_\_\_\_. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p.425-442.
49. SHOHAMY, ELANA. *Language Policy: Hidden Agendas and new approaches*. London, Routledge, 2006.
50. SILVA, Elias Ribeiro. “[...] você vai ter que aprender inglês de qualquer jeito, querendo ou não!”: *Exames de línguas e política linguística para o inglês no Brasil*. 2011 190p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2011
51. SILVA, Luciana Cristina. *“Os processos de identificação com a língua espanhola na sala de aula sob uma perspectiva pragmática”*. 2008, 159p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – Minas Gerais. 2008
52. SILVA, Tânia Mara. *Política de línguas no mercosul: o embate/relação entre o português, o espanhol e o guarani como línguas oficiais do bloco*. 2010, 98p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. 2010
53. SOUZA, Fábio Marques. *Espanhol-língua estrangeira para brasileiros: políticas de difusão e formação de professores no Estado de São Paulo*. 2009, 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, São Paulo. 2009
54. STEFANELLO, Carla Marli Adiers. *Da competência comunicativa à lingüístico-discursiva: implicações para o ensino e aprendizagem de língua estrangeira*. 2007. 149 p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo – Rio Grande do Sul. 2007

55. SURIANO, Maria Lúcia. *Reforma ortográfica brasileira: função das políticas linguísticas no sistema de alianças regionais*. 2011 128p. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Diplomacia), Instituto Rio Branco, Brasília. 2011
56. TAVARES, Michele Peres Burlandy. *Caderno de revisão da aprendizagem de línguas estrangeiras (SME-RJ): uma análise lingüístico-discursiva*. 2010, 205p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010
57. TORII, Rena. *Os processos de integração dos empréstimos lingüísticos no português*. 2007 182 p. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa), Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Araraquara – São Paulo. 2007

**ABSTRACT:** This paper, result of an undergraduate research project developed between 2012 and 2013, aims at presenting a research survey about language policy and planning concerning modern foreign languages teaching in Brazil. In order to do so, we made our searches specifically in Capes thesis databank, looking for thesis and dissertations about this topic from 2007 to 2011. To develop such survey the term “Linguistic Policies” was used in that system, through which 26 researches about the topic were found. From those studies, we noticed that the number of publications about the theme have risen subtly in the last years, indicating the relevance of the subject. Besides, it is observed that the authors’ motivations relate to each other, because a great amount of the studies highlight the importance of such discussions in terms of choice and implementation of a foreign language in the curricula of different contexts, developing analysis about the relationship between the teaching of such languages in the Brazilian Basic School and the political and ideological aspects underlying the laws which lead the education system. With this study, we aim at contributing with data gathering about language policy and planning in Brazil, in order to collaborate with the present discussion about the theme, mainly in what concerns to the debate within the Language Teaching undergraduate and graduate courses.

**KEYWORDS:** Modern Foreign Languages; Language Policy; Language Planning; Research.

Artigo recebido em 03 de novembro de 2015.

Artigo aceito para publicação em 11 de março de 2016.